



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento (DEGEP)

Divisão de Apoio e Assessoramento Técnico aos Órgãos

Colegiados Administrativos (DICOL)

COMAI – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

ÍNDICE

ATOS DA ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

[Resolução de Assembleia Geral da ONU nº 61/106 de 24 de janeiro de 2007 – Resolução que deliberou pela criação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(em Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.](#)

[Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência.](#)

LEGISLAÇÃO NACIONAL REFERENTE AO ASSUNTO

[Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005 - Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.](#)

[Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência \(Estatuto da Pessoa com Deficiência\)](#)

[Decreto Legislativo nº 186 de 9 de julho de 2008 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.](#)

[Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu Protocolo Facultativo.](#)

[Constituição Federal – Trecho da Constituição que se refere aos direitos das pessoas com deficiência.](#)

[Lei Federal nº 7853 de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos](#)

[Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei Federal 7853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.](#)

[Lei Federal nº 10048 de 08 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências](#)

[Lei Federal nº 10098 de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade](#)

[Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis Federais nº 10048 e nº 10098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.](#)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL REFERENTE AO ASSUNTO

[Lei nº 7.547 de 05 de abril de 2017 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Projeto “Acessibilidade Digital” no âmbito das Instituições Estaduais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro.](#)

ATO DO CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016 - Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.](#)

[Recomendação nº 27 de 16 de dezembro de 2009 – Recomenda aos Tribunais para que adotem medidas para o acesso às suas dependências em favor das pessoas portadoras de deficiência física.](#)

[Recomendação nº 48 de 11 de março de 2014 – Altera o disposto na alínea “a” da Recomendação nº 27 de 16 de dezembro de 2009.](#)

ATO DO TJRJ

[14 – Ato Executivo nº 1300/2013 – Institui a Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Acessibilidade – COCIP do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.](#)

[15 – Ato Normativo nº 11/2014 – Regulamenta o uso de vagas de estacionamento aos veículos das Pessoas com Deficiências Físicas ou Sensoriais nas instalações e prédios de âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.](#)